

O SINDICATO DOS TRABALHADORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR DE UBERLÂNDIA – SINTET-UFU, pessoa jurídica devidamente regida e reconhecida legalmente pelo Estatuto Social e Certidão de Registro no Ministério do Trabalho, inscrito no CNPJ sob o n.º 22.236.434/0001-28, com sede na cidade de Uberlândia, na Rua Salvador, n.º 995, vem respeitosamente, por deliberação da Assembleia Geral do SINTET-UFU realizada em 1 de agosto de 2024, no Anfiteatro do Bloco 5R do Campus Santa Mônica, apresentar para todas as chapas que disputam Consulta Eleitoral Eletrônica e Remota, regulamentada pela Resolução do Conselho Universitário nº 79 de 20 de maio de 2024, reivindicações da categoria técnica administrativa em educação na Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

Nesse sentido a Assembleia Geral do SINTET-UFU, selecionou 31 propostas entre centenas de propostas que compõem a pauta de reivindicações do SINTET-UFU.

A seleção dessas 31 propostas tem por objetivo, solicitar às chapas um posicionamento político a respeito de cada proposta. O SINTET-UFU divulgará em seus meios de comunicação, todas as respostas na íntegra, que forem enviadas pelas chapas até às 8 horas do dia 7 de agosto de 2024, para o e-mail assessoria@sintetufu.org, tendo como limite 400 caracteres cada resposta.

1. Qual a posição da sua Chapa em relação a proposta de ampliação da implementação da flexibilização da jornada de trabalho, visando o cumprimento de 30 horas semanais em todos os setores administrativos e acadêmicos que demonstrem capacidades, baseadas nos pareceres da Comissão de Jornada de Trabalho (CJT), respeitando, o que estabelece o Decreto 1590/1995 e a Resolução Condir 05/2016?

Resposta: A Chapa 4 é favorável a flexibilização da Jornada de trabalho em todos os setores que apresentem as condições adequadas para a implementação do modelo. Nosso entendimento é de que a gestão da universidade deve se orientar por princípios que permitam uma evolução positiva à gestão de pessoas. Para àqueles setores que não se enquadrem nos requisitos exigidos, vamos incentivar os



gestores que estudem reestruturações que permitam o enquadramento à essa possibilidade. Nosso entendimento é de que a flexibilização da jornada é uma excelente oportunidade de ampliação da oferta de serviços à sociedade, se considerarmos a exigência de 12 horas ininterruptas de funcionamento prevista no Decreto

2. Qual a posição da Chapa em relação a implementação do Programa de Gestão e Desempenho (PGD) em todos os setores que demonstrem interesse e se adequem aos requisitos da Resolução Condir nº 36, de 05 de março de 2024 e a Portaria Reito nº 425, de 18 de março de 2024, sem opor essa implementação à possibilidade de se implementar a flexibilização de jornada nos mesmos setores?

Resposta: Em nosso entendimento os dois modelos PGD e Jornada de Trabalho Flexibilizada não se contrapõem, pelo contrário, se complementam. A flexibilização da jornada tem a intenção de ampliar a oferta de serviços, ou seja, setores que atendem 8 horas diárias passam a atender por 12 horas. O PGD, por sua vez, trabalha com o conceito de controle da produção. Neste sentido, os dois programas representam um avanço no relacionamento do trabalhador com a instituição, pois possibilita ao trabalhador e a trabalhadora o controle e a administração do seu tempo.

3. Considerando que com a expansão do PGD, centenas de trabalhadoras/es ficarão dispensadas/os do registro do ponto eletrônico, considerando que os docentes não registram ponto eletrônico, considerando o princípio da isonomia e considerando que é possível adotar outras modalidades de controle do trabalho; se eleita, a chapa se compromete durante o período da gestão, a adotar uma política institucional que retire o ponto eletrônico para todas/os trabalhadoras/es técnicos administrativos em educação da UFU? Destacando o artigo 207 da constituição, que garante a autonomia universitária.

Resposta: O ideal é que o serviço público tenha algum controle para prestar contas a sociedade. Como o serviço público se realiza pelo esforço e dedicação do servidor/a e da servidora, uma forma é o registro de frequência. Já temos implantado o PGD pelo compromisso da produção e não tem registro. Áqueles servidoras e servidoras que não estão no PGD, é preciso alguma forma de controle.



Porém, a própria universidade pode desenvolver o seu próprio modelo de controle. Isso nos é permitido. O que nós pretendemos é buscar, discutindo junto à comunidade de trabalhadores e trabalhadoras da UFU e suas entidades representativas, qual a melhor forma de realizar esse controle. Para nós a previsão do Art. 207 da Constituição é fundamental para que a UFU resgate a sua personalidade social construída ao longo de sua história. Autonomia, pra nós é tudo

4. Qual a posição da Chapa em relação ao estabelecimento do acesso da categoria técnica administrativa em educação, mediante a reserva de vagas, aos editais de programas de Mestrado e Doutorado, como já ocorre em outras IFES, por exemplo, através do PROFIAP / ANDIFES (Mestrado Profissional em Administração Pública)? Os Técnicos administrativos têm sua parcela na produção de conhecimento com a produção científica em ações de extensão, bem como na pesquisa, se eleita como a chapa se posiciona, na criação de um mecanismo, onde os Técnicos administrativos possam concorrer igualitariamente a projetos de pesquisa e extensão, com os docentes em editais internos. Ainda nessa temática, seria possível uma verba específica para os técnicos administrativos para custeio em congressos e eventos acadêmicos?

Resposta: Quanto à reserva de vagas para técnicos e técnicas entendemos ser possível mas devidamente aprovada no CONPEP. A formação dos trabalhadores e trabalhadoras precisa fazer parte da política de gestão de pessoas. E isso não deve ser feito somente pela disponibilização de recursos mínimos ao Qualiufu, ou pela possibilidade de liberação. Isso precisa ser incentivado, facilitado, inclusive para compensar as dificuldades que existem hoje de liberação do do servidor.

O mesmo propósito pode ser utilizado para as ações de extensão. Quanto mais envolvido o servidor ou a servidora estiver nas ações da universidade, maior será o seu compromisso institucional e o entendimento da missão da universidade. Isso gera pertencimento, e o pertencimento para uma instituição de cunho social, como a UFU, é fundamental para o seu sucesso.

5. Qual a posição da Chapa em relação a ampliação e garantia da isonomia e equidade, em todos os setores e unidades, nos processos de solicitação de



afastamento integral ou parcial para realização de cursos de qualificação e capacitação? Caso seja favorável, como pretendem efetivar essa proposta? Se eleita, a Chapa pretende estabelecer dentro do HC-UFU uma política de rodízio, nos setores, para ampliar a possibilidade de que os(as) servidores(as) interessados(as) tenham acesso ao afastamento integral para qualificação em programas de pósgraduação stricto sensu?

Resposta: A isonomia é consequência da análise orientada pelo princípio da equidade para quaisquer situações. Há muita confusão nisso, sem equidade é impossivel haver isonomia. E quanto a isso pretendemos discutir com a Comissão Interna de Supervisão da Carreira - CIS, e com as entidades representativas, formas de se preservar e fazer valer os direitos ja conquistados. Inclusive, como está previsto na Lei, o apoio à CIS é obrigação institucional, e pretendemos fomentar essa Comissão para aquilo que ela foi criada: fiscalizar e propor ações que permitam ao servidor e servidora se qualificarem e se capacitarem. Uma possibilidade que enxergamos e deve ser discutida, é implementar uma forma de rodízio nos setores dentro da mesma estrutura que permita que todos e todas consigam as liberações. Inclusive, isso deve ser implementado em toda a UFU, principalmente no HC onde as dificuldades são maiores. Outra forma, que pode ser construída, é cobrar da EBSERH a recomposição da força de trabalho conforme está previsto no contrato, e compromisso, que ela assumiu com a UFU.

6. Se eleita, como a chapa pretende atuar para concessão de afastamento integral, ADS, PGD e flexibilização da jornada nos campi avançado?

Resposta: Mais do que pretender, é compromisso dessa chapa, como já descrito nas perguntas anteriores. É uma questão de isonomia, todos somos UFU.

7. Se eleita, a chapa se compromete a extinguir as cobranças de mensalidades dos cursos de pós-graduação lato sensu oferecidos hoje pela UFU; para que de fato a nossa Instituição oferte um ensino 100% público?

Resposta: A Chapa 4 Reencantar a UFU entende que não deve haver nenhum tipo de atividade de ensino com cobrança pois entendemos que o ensino deve ser 100% público. É do interesse da sociedade e das/os taes. Porém entendemos que a universidade continue ofertando cursos de especialização. Nosso propósito é Rua Salvador, 995 – Bairro Nsa Sra Aparecida- Fone: (034) 3214-1649 - CEP: 38400-757- Uberlândia – MG



dialogar com a CAPES/MEC para que seja recriado um programa de apoio para estes cursos de especialização como já ocorreu em outro momento, para que a UFU possa ofertar vagas para os/as nossos/as próprio/as trabalhadores/as.

8. Na perspectiva da autonomia universitária, se eleita, a Chapa se compromete no primeiro momento a alterar o sistema de ponto eletrônico hoje adotado (módulo frequência do SouGov), por um sistema independente e autônomo (criado pela própria Instituição)?

Resposta: conforme já descrevemos na resposta da pergunta 3, sim, pretendemos promover o debate com os atores principais dessa temática para encontrarmos nossa própria forma de controle, e em nosso entendimento, temos capacidade institucional pra isso.

9. Qual a posição da Chapa em relação a dificuldade de acesso de aposentados(as), pensionistas e parte da categoria em exercício laboral na UFU, no uso do SouGov, SEI e outras plataformas digitais para protocolo e atendimento de demandas? A Chapa avalia ser possível construir alguma proposta que visa a resolução do problema? Quais os caminhos para diminuir a burocracia e agilizar os processos na UFU? É possível garantir que a PROGEP estabeleça um setor específico para realização do atendimento a essas pessoas?

Resposta: Entendemos que a forma como a universidade, inclusive em suas resoluções, trata a presença do aposentado é muito ruim e precisa ser melhorada. Não se deve abandonar a quem contribui para esta universidade ser o que é hoje. Pretendemos retomar a discussão da Estatuinte, e dentro dela, propor a previsão da presença do aposentado dentro da universidade. Quanto a burocracia, em nosso entendimento a UFU precisa passar por uma ampla reengenharia dos seus processos, isso deve promover algum nível de desburocratização. E quanto ao atendimento aos aposentados pela PROGEP, já existe hoje a estrutura que, minimamente, atende aos nossos companheiros, no entanto, compreendemos que o se faz ainda é insuficiente e precisa ser melhorado. Com uma gestão de pessoas voltada para as pessoas, certamente os aposentados e as aposentadas, e inclusive pensionistas, estarão melhores atendidos em nossa gestão.



10. O SINTET-UFU defende que as reuniões dos Conselhos Superiores ocorram de forma presencial para membros lotados nos Campi de Uberlândia, e de forma remota para quem está lotado nos campi fora de Uberlândia (garantindo o deslocamento dos membros dos conselhos dos campi avançados que desejarem). Qual a posição da chapa em relação a essa proposta? O SINTET-UFU poderá contar com o apoio de sua chapa nessa reivindicação, caso seja eleita?

Resposta: a resolução aprovada pelo conselho que prevê reuniões virtuais do conselho tem validade até o final do ano e precisará ser rediscutida no conselho. Naturalmente faremos isso, mas nossa proposta caminha justamente nessa linha, fomentar a participação presencial, possibilitando que, em casos específicos e justificados a participação se dê de modo virtual, porém, com uma limitação quantitativa semestral ou anual. Temos que considerar que os conselhos representam os espaços mais importantes e as atividades mais significativas da instituição de acordo com o Estatuto. Para além disso, é um momento importantíssimo para o desenvolvimento do sentimento de comunidade, de agregação, de fomento aso relacionamentos institucionais. Não podemos abrir mão disso.

11.O que a Chapa pretende fazer, caso eleita, em relação a reposição de vagas de cargos extintos? Como pretende fazer a reposição dessas vagas dentro e fora do HC-UFU? Quais estratégias a chapa fará para diminuir a terceirização e, consequentemente, a precarização do trabalho na UFU? Se eleita, a chapa se compromete a substituir trabalhadores RJU por outros trabalhadores RJU?

Resposta: Nesse aspecto pretendemos atuar na Gestão dentro de um conceito de Có-Reitoria, trabalhando em duas frentes: a primeira focada nos assuntos diários da universidade, onde estarão o Reitor e a Có-Reitora, e a segunda forma focada na representatividade institucional em nível nacional, principalmente em Brasília, onde temos um trânsito considerável junto ao governo atual. Nesse aspecto pretendemos atuar junto ao governo para fazê-lo compreender que alguns conceitos do mercado não são apropriados ao setor público. Nosso entendimento é que educação de qualidade exige atividades que vão além da transmissão do conhecimento pura e simples. Então buscaremos, junto ao governo, o resgate de cargos e atividades que



entendemos serem importantes para que a universidade se realize.

12. O que a Chapa pretende fazer, caso eleita, para viabilizar condições adequadas de trabalho, em todos os setores da Universidade? Alguns blocos não possuem acessibilidade, medidas de segurança em caso de incêndios, essa chapa tem propostas de reforma das instalações físicas dos blocos? Referente a manutenção de equipamentos na UFU, a escassez de recursos, a falta de manutenções preventivas, e a grande demora para realização dos serviços de reparo trazem prejuízos científicos e acadêmicos. Diante desse quadro, quais as medidas e/ou alternativas essa reitoria pretende adotar no setor de manutenção para aprimorar o atendimento, com mais qualidade, eficiência e menor custo?

Resposta: A Chapa Reencantar a UFU atuará junto ao Governo Federal e Congresso Nacional para recompor o orçamento das universidades pelo menos no mesmo nível de 2014, de modo a garantir as condições adequadas de trabalho e de segurança institucional. Temos trânsito e contatos no governo atual, bem como na ANDIFES, que poderão facilitar esta negociação.

Quanto a acessibilidade, que foi um tema de pouca importância nas últimas duas gestões, propomos a melhorar o que existe e ampliar a acessibilidade para todas/os. Em relação à manutenção de equipamentos: mapear os equipamentos da UFU e fazer blocos de contratos para manutenções preventivas, além de possíveis parcerias com as Faculdades e Institutos por meio de programas institucionais, envolvendo discentes e docentes para a manutenção de equipamentos

13. A Chapa, se eleita, pretende promover políticas e práticas de acessibilidade dentro dos Campi da UFU? A Chapa se compromete a executar as propostas a seguir?

Resposta: sim, a acessibilidade, de todas as formas, não apenas na questão estrutural é item primordial em nossa carta programa.

a) reformar espaços físicos segundo as normativas existentes, se atentando em particular para as vias de circulação, manutenção de calçadas, elevadores, rampas de acesso;

Sim, está na nossa carta programa.



b) propiciar a estrutura física necessária, conforme disposto por leis e normativos de inclusão e acessibilidade de forma integral, com atenção especial para a lei 10.604/2021, a Norma NBR 16.537 e a norma NBR 9050;

Resposta: Os três pilares da acessibilidade, quais sejam, autonomia, conforto e segurança, são fundamentais para garantir que ambientes de serviços sejam inclusivos e acessíveis para todos/as, especialmente para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. O candidato a Reitor da Chapa Reencantar a UFU é engenheiro civil, e como tal sempre professou obediência às normas e leis que regulamentam quaisquer matérias, especialmente dentro da universidade. Portanto, nossa chapa pretende atender à ambas as normas, lembrando que há muita sinalização tátil irregular em nossa universidade que precisa ser corrigido para facilitar a vida daqueles que necessitam

- c) garantir que todas atividades institucionais (palestras, debates, cursos, aulas e outros tipos de evento) sejam acessíveis para os/as trabalhadores/as, seja por meio de áudiodescrição e/ou com a participação de intérpretes de libras; Sim, como dissemos acima, está na nossa carta programa implementar acessibilidade para todas as situações existentes, inclusive, nesse aspecto, vamos atuar junto ao governo para que amplie o número de vagas para o cargo de Intérpretes de Libras.
- d) Implementar ações no âmbito da universidade que garantam o diálogo com os(as) trabalhadores(as) com deficiência e a participação destes(as) nos espaços de decisão e negociações coletivas;

Sim, entendemos que uma das formas efetivas de se realizar isso deve ser por meio de uma campanha institucional de conscientização da comunidade para que considerem essas situações em seus debates e diálogos. Como forma efetiva pretendemos discutir no conselho uma reforma dos artigos que prevem a composição dos conselhos, prevendo reserva de vagas para as situações presentes na UFU.



e) garantir aos trabalhadores com deficiência vaga em pós-graduação da UFU e de acordo com a lei de cotas.

Sim, levaremos o debate aos conselhos para que a UFU adote, ou inclua, esse tema em seus editais.

14. Caso a chapa seja eleita, como pretende solucionar o problema relacionado ao fato de que chefias do HC-UFU impedem e/ou dificultam a participação de trabalhadores/as nos Conselhos da Instituição?

Resposta: Esse é um problema que se deu devido à postura da universidade frente à EBSERH. A UFU, a partir da assinatura do contrato, se desvencilhou das suas obrigações junto ao Hospital colocando em risco a própria identidade institucional do Hospital. Com a ausência da UFU no hospital a EBSERH implementou suas políticas e difundiu sua identidade fazendo com que a comunidade absorvesse em alguma medida sua filosofia. Aliado a isso, a pressão sobre as chefias e trabalhadores UFU do HC são consideréveis. A UFU é a contratante, então tem que estar presente no HC difundindo sua visão, sua missão e sua cultura, resgatando a identidade institucional do HC. Por outro lado, faremos uma campanha de conscientização no Hospital, dando condições, garantias e consciência às chefias sobre a importância dos conselhos, a importância da participação dos servidores/as nesses conselhos e a garantia de que, agindo em favor da institucionalidade, estarão seguros e protegidos. Além do aspecto democrático, se o trabalhador e a trabalhadora se candidatam e são eleitos ao conselho, ele tem o direito de exercitar sua representação democrática.

15. Nos dias 25 a 27 de julho de 2023, o SINTET-UFU realizou um Plebiscito dentro do HC-UFU pautando a necessidade de se realizar eleições para a escolha da Superintendência Local do HC-UFU. Das/os 1841 votantes, 1768 votaram para que a Superintendência Local seja eleita de forma democrática, e não indicada pelo Reitor conforme ocorreu nos últimos 8 anos na UFU. Qual a posição da Chapa em relação a esse pleito? A chapa, se eleita, propõe realizar eleições democráticas para a Superintendência do HC-UFU?

Resposta: é nosso compromisso ocupar os cargos a partir de consulta à comunidade, da



mesma forma que formos eleitos. Organizaremos essa ação a partir do diálogo e contribuição das entidades representativas dos trabalhadores, das trabalhadoras e comunidade discente do Hospital.

16. Seguindo o mesmo tema em relação ao item anterior, qual a posição da chapa em relação a instituição de eleições paritárias para a escolha de chefias e gerências nos setores internos do HC-UFU? E de forma mais ampla, se eleita, a chapa se compromete a estabelecer uma consulta eleitoral democrática para a escolha do(a) Assessor(a) de Campus avançado?

Resposta: da mesma forma que compreendemos a situação da ocupação dos cargos no Hospital de Clínicas, estenderemos aos campi avançados da UFU a mesma filosofia de trabalho.

17. Nos casos em que não for possível o afastamento integral do(a) servidor(a) estudante (como na realização de cursos de graduação, especialização, capacitações e participação em eventos), a chapa se compromete a facilitar e democratizar o acesso à política de Ação de Desenvolvimento em Serviço (ADS)?

Resposta: Nosso compromisso será sempre preservar o direito já estabelecido ao servidor e, se possível, avançar nesses direitos. A ADS já está estabelecida como forma alternativa quando o afastamento integral não for possível. Ela permanecerá, no entanto, nossa intenção é fazer a comunidade compreender que esta é uma forma alternativa e não a principal, como vem acontecendo.

18. Se eleita, a chapa se compromete a implementar, em todos os campi, um cronograma permanente para atendimento médico e demais especialidades, tais como educador(a) físico(a), nutricionista, psicólogo(a), dermatologista, fisioterapeuta, angeologista., ofertadas pela DIRQS? Qual sua proposta para atendimento dos técnicos administrativos em caso de acidentes de trabalho? Há possibilidade de criar um ambiente no ASSER com tal finalidade? Atualmente os trabalhadores que se acidentam não podem ser atendidos no HC nem em outro setor especializado dentro da UFU. Gostaria de saber do candidato se tem algum posicionamento sobre os exames complementares solicitados na DIRQS

serem realizados novamente no HC?



Resposta: como já dito em itens anteriores, um compromisso de nossa chapa é rever muitas das políticas de gestão de pessoas que temos hoje com a intenção de ampliar, melhorar e garantir a segurança e a qualidade de vida do servidor/a. Entendemos como absurda a situação de um trabalhador de um hospital se acidentar durante o seu trabalho e não poder ser atendido no espaço em que atua. Em nossa visão isso implica, inclusive, numa ilegalidade. Quanto ao ASSER pretendemos reformulá-lo de modo a colocá-lo mais efetivo no acolhimento dos servidores e das servidoras, inclusive aposentados. O ASSER tem uma importância histórica em nossa universidade.

19. Se eleita, a chapa se compromete a realizar Seminários Institucionais, envolvendo as coordenações de cursos, para que pense em ações para se aplicar de forma efetiva a Lei 11.645/2008 (que inclui no currículo oficial a temática da "História e Cultura Afro-Brasileira e indígena") nos projetos curriculares de todos os cursos da UFU, bem como a criação de um curso de especialização que contemple a temática de relações étnico-raciais?

Resposta: A Chapa Reencantar a UFU se compromete a realizar estes seminários para cumprir com a lei de 2008, bem como **i**nserir na Integração dos servidores um seminário contemplando a "História e Cultura Afro-Brasileira e indígena", bem como propor uma disciplina nos cursos de capacitação oferecidos pela Universidade, e possível inclusão nos PPGs da UFU.

20. Se eleita, a Chapa se compromete a adotar uma política de assistência à saúde do trabalhador e da trabalhadora que contemple as especificidades da população negra, como por exemplo a inclusão do exame de anemia falciforme, para todos as/os trabalhadoras/es conforme a política de equidade do SUS nos exames médicos periódicos para trabalhadoras negras e trabalhadores negros; a realização de campanha de prevenção de hipertensão arterial, Diabetes e por conseguinte a obesidade com atenção às especificidades dos trabalhadores negros e das trabalhadoras negras?

Resposta: Sim, está na nossa pretensão de reformulação das políticas de gestão de pessoas da universidade. Em nossa opinião, o compromisso da universidade com a questão racial precisa, urgentemente, expandir para a questão da previsão de cotas. É preciso, para além de abrir as portas, providenciar o acolhimento, a proteção, a permanência e a ampliação da diversidade dentro da universidade.



21. Se eleita, a chapa se compromete a elaborar uma política institucional que garanta um tratamento especializado às denúncias de violências e opressões (com ouvidoria ou protocolo específico de tratamento)? Garantindo também o anonimato do denunciante, para que o mesmo não sofra sanções por ter feito a denúncia.

Resposta: Quaisquer políticas que visam a mudança de uma cultura ruim como a do assédio precisa garantir que as situações sejam denunciadas. Sim, é compromisso dessa chapa, garantir o anonimato e a segurança de quem denuncia, e para além disso, é nosso compromisso promover a sindicância séria e eficiente sobre as denúncias, bem como, garantir o amplo direito à defesa, que em nosso entendimento,também é parte importante para que a justiça seja feita.

22. Alguns campi (Umuarama por exemplo), carecem de espaços físico de convivência, bem-estar e alimentação para seus servidores. Se eleita, a chapa tem projetos voltados para a socialização e convivência de seus servidores?

Resposta: Um dos problemas crônicos da UFU é a disponibilidade de espaços físicos para diferentes atividades acadêmicas e administrativas, bem como para o bem-estar das/os taes, docentes e discentes. A UFU conta com uma Comissão Institucional de Ocupação do Espaço Físico (CIEOF) criada em 2016, mas que ao longo dos últimos 8 anos não foi capaz de resolver ou minimizar este problema (um exemplo é a mudança de três unidades para o campus Gloria sem a necessária liberação dos espaços físicos nos campus Umuarama e Santa Monica). Neste sentido, é necessário recompor esta comissão e solicitar estudos, discussões e proposições de reusos de espaços bem como criar espaços com estrutura para que os servidores possam descansar e se alimentar. Hoje, muitos levam marmita e não tem lugar para aquecer a refeição e descansar depois.

23. Hoje os aposentados da UFU não podem participar das instâncias deliberativas da Universidade, não podem concorrer, nem votar para representação nos conselhos superiores e consultivos, e nem podem votar para Reitor. Caso eleita a chapa se dispõe a revisar suas normas, a fim de que os aposentados possam participar das instâncias de debate e deliberação da



Universidade?

Resposta: Sim, conforme já expusemos na resposta da pergunta número 9, pretendemos retomar a Estatuinte e propor que a situação dos aposentados seja revista dentro da universidade. Quem nos ajudou a chegar onte estamos precisam ser prestigiados nas caminhadas futuras. Histórias não se apagam.

24. Em relação a segurança patrimonial da Instituição continuará mantendo o afastamento total dos vigilantes efetivos institucional em relação aos terceirizados. Se a Chapa eleita, assinará o manifesto dos vigilantes elaborado no Seminário Nacional da categoria em Santa Catarina, reivindicando manutenção do cargo em todas Instituições de Ensino Federais?

Resposta: Já trabalhamos em nossas outras gestões da UFU com os representantes nacionais da categoria dos vigilantes. Os vigilantes no quadro efetivo podem testemunhar que a gestão lutou quando estávamos na presidência da ANDIFES para que o cargo de vigilantes retornasse ao Regime Juridico Único. Este é o nosso compromisso: temos que conseguir mais vagas que nos permitam oferecer aos vigilantes da UFU cuidar da segurança patrimonial. Este compromisso já assumido nas gestões anteriores está renovado

25. Qual a posição da chapa em relação a escolha dos seus conselheiros, técnicos Administrativos em todas instâncias da Instituição, serem realizadas pela sua entidade representativa sindical através de eleições realizadas pela mesma, sindicalizado ou não?

Resposta: Nosso compromisso é discutir com os representantes do SINTET/UFU uma alteração da resolução da UFU tendo os/as companheiros/as trabalhadores ao nosso lado para discutirmos a melhos forma de representação junto aos conselhos superiores, bem como em todas as instâncias da instituição.

26. Com relação às políticas públicas associadas à saúde da mulher, a chapa, se eleita, desenvolverá um projeto assistencial de saúde da trabalhadora que contemple a realização de mamografias, exames hormonais associados ao climatério, exames oftalmológicos e estratégias de saúde para garantir a qualidade de vida e bem-estar da servidora?

Resposta: Ampliar os exames periódicos e a idade para fazê-los. Criar na DIRQS um programa de acompanhamento da saúde da mulher, bem como aprimorar e consolidar os



objetivos da DIRQS para as servidoras taes e também docentes e estudantes. Além disso, melhorar o atendimento e a assistência à saúde das servidoras, redefinindo o papel da ASSER com expansão e descentralização de seus serviços, consolidando a boa assistência nos diversos campi; Instituir um programa de apoio as servidoras portadores de doenças crônicas que ameaçam a vida e seus familiares; Expandir os programas de apoio as servidoras com familiares portadores de dependência química de álcool e outras drogas; Assegurar condições de inserção institucional das servidoras — técnico-administrativos e docentes — com deficiência na perspectiva da garantia de sua plena participação em todas as dimensões de seu trabalho e convivência na UFU.

27. Se eleita, o que a chapa pretende fazer para garantir que seja garantida a produção de ensino, pesquisa e extensão dentro do HC UFU?

Resposta: Como dissemos em resposta anterior, tudo é uma questão de postura e colocar cada ator no seu papel. Nosso compromisso é resgatar a identidade institucional do HC, e um dos objetivos desse resgate é justamente garantir o caráter de Hospital Escola que motivou a criação do hospital no inicio de nossa história.

28. Tendo em vista a qualidade técnica e de conhecimentos da imensa categoria dos técnicos administrativos na UFU em todos os campi, como a chapa entende a abertura para a participação dos técnicos em diversos projetos de extensão e pesquisa enquanto formadores, sendo as atividades desenvolvidas como Bolsa-Formação, como estabelece a Lei 12.513, de 26 de outubro de 2011 e a Lei 12.816, de 05 de junho de 2013?

Resposta: Primeiramente entendemos como um grande avanço por representar um incentivo a mais para que técnicos e técnicas busquem a ampliação de sua atuação institucional. Para além disso, entendemos que a possibilidade de recebimento de bolsas, que até então era proibida, representa o fim de uma grande injustiça que era feita a uma categoria que tem contribuido significativamente com a consolidação da universidade e muitas vezes não era nem citada nos projetos de pesquisas dos quais participava. Em nossa visão é um avanço e uma justiça sendo feita.

29. Se eleita, o que a chapa pretende fazer com o resultado da última estatuinte realizada na UFU a partir de 2015?

Resposta: Pretendemos retomar as discussões e finalização do relatório da Estatuinte tão logo tenhamos organizado a gestão, após sermos eleitos. Como já dissemos anteriormente existem temas e situações muito sensiveis e importantes que precisam ser corrigidas, como Rua Salvador, 995 – Bairro Nsa Sra Aparecida- Fone: (034) 3214-1649 - CEP: 38400-757- Uberlândia – MG



a universidade multi-campi, e a participação dos aposentados e aposentadas na universidade. A forma mais efetiva de corrigi-las é a reforma de nosso estatuto que já apresenta algum nível de defasagem frente às mudanças sociais e tecnológicas ocorridas no mundo.

30. Quais são as propostas da Chapa para promover o necessário combate contra as diferentes formas de assédio e preconceito que ocorrem dentro da universidade? Se eleita, de que forma a Chapa se compromete a desenvolver políticas institucionais que visem combater o machismo, o racismo, o capacitismo, a LGBT+fobia, etarismo, gordofobia e outras opressões, dentro da UFU?

Resposta: A UFU já possui regulamentações que preveem estes temas e precisam de poucos ajustes para ficarem melhores, mas infelizmente, a maioria das medidas estão ainda no papel apenas. Nosso compromisso é trazer o que foi discutido e aprovado para a atuação prática. Como já dissemos anteriormente precisamos de medidas como segurança e anonimato aos denunciantes, sindicâncias efetivas, garantias de direitos e, principalmente, promover conscientização sobre estes temas. Implementar campanhas efetivas, debates aprofundados são medidas necessárias à mudança de uma cultura.

31. Como a chapa avalia o fato de que nos tempos atuais, um número expressivo da comunidade acadêmica e assistencial é vítima de adoecimento mental (psíquico e psicológico)? Quais são as propostas da Chapa em relação a esse tema?

Resposta: O adoecimento mental é consequência do modo de vida atual, e que foi exacerbado pela pandemia e retorno das atividades pós-pandemia. A universidade viveu a pandemia, e o retorno não foi devidamente planejado, criando uma camada adicional de dificuldades para as pessoas. Neste sentido, pretendemos criar um programa na DIRQS específico para a assistência da saúde mental. Hoje eles oferecem psiquiatra e terapeutas, porém é necessário ampliar o quaro para que os atendimentos não sejam apenas de urgência, mas ao longo do tempo. E ter terapeutas especializadas em algumas doenças e para pessoas com deficiência (por exemplo, servidores com TEA, TDAH, ansiedade generalizada). E discutir com os diferentes segmentos que compõem a universidade as alternativas e possibilidades para se reduzir o nível de estresse diário.

Rua Salvador, 995 – Bairro Nsa Sra Aparecida- Fone: (034) 3214-1649 - CEP: 38400-757- Uberlândia – MG Brasil

sintetufu@sintetufu.org

www.sintetufu.org